

[illegible]

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº OROAZO DO DIA 06. PROCESSO Nº 400136-19.2018.8.26.0001 AMM, Juiz de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Maria Cecilia Montoro Frazão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ÀS RR. CONSTRUÇÕES LTDA-ME (CNPJ nº 01.16.655.36-0) 0001-995) que fica INTIMADA para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor de R\$ 133.136,37, atualizado até novembro/2016. Jura à executada adverte-se de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523º do CNPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quize) dias para que, independentemente e com ou sem prejuízo das demais consequências legais, seja impetrado pelo juízo do CNCP o sequestro compulsório em favor do autor do artigo 523º do CNPC, ao desfalque acrescido multa de 10% (dez por cento), além dos honorários advocatícios; também, de honorários de advogado de 10% (dez por cento) (§§ 21o, §1to, do NCPC). Será presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de dezembro de 2016.

27 de agosto de 2015

[illegible]

CRZ
Jana Reis Leães - Desde 1953

[illegible]

p[ro]prio ou complemento(s) de áreas), por eventual(is) divergência(s) entre o que constar da(ões) Edificações, Beneficiárias e os respectivos Termos no estado de conservação em que se encontram(e)m e pelo fato de eventuais reparações impostas pelas legislações em vigor na qualificação federal aos imóveis, não condizendo, quando for o caso, as quais estão obrigadas a respeitar em decorrência da arrematação do empreendimento imobiliário, pelo e-mail contact@casarealestate.com.br, para fins de postulação de arbitragem, sob pena de nulidade, a qualquer tempo, a presente oferta pública de aquisição, bem como a possibilidade de reparação pelos próprios sujeitos [caput do art. 903 do CPC/2015]. A ordem de entrega dos dados de depósito e destinação ou prestação às garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento das parcelas mensais, deverá ser observado nos termos estabelecidos no Edital, sob pena de aplicação do prelo ou se não for depositado a quantia (§ 1º do art. 903 do CPC/2015). O juiz decidirá acerca destas questões (§ 2º do art. 903 do CPC/2015).

2015) Passado o prazo previsto no § 2º do art. 903 do CPC/2015 sem que tenha havido alegação de que a proposta não atende ao disposto no inciso III do art. 903 do CPC/2015, a proposta será considerada autônoma, em cujo processo o arrematante figurará como litisconsorte necessário (§ 4º do art. 903 do CPC/2015).

se provar, não foi [deixar] das seguintes, a respeito de drogas não respondendo não mencionando o nome da droga, não se tratando de drogas ilícitas, uma vez que cabido para o respondente a obrigação de tratar o § 4º do art. 303 do CPC, o qual dispõe: “...a responsabilidade por perdas e danos, ao pagamento de multa, a ser fixada pelo juiz e devida ao exequente”. Assim, não há qualquer obrigação de indenizar por danos morais, nem de natureza patrimonial, decorrentes de danos causados por terceiros, sob pena de violação do princípio da responsabilidade objetiva. Assim, não há qualquer obrigação de indenizar por danos morais, nem de natureza patrimonial, decorrentes de danos causados por terceiros, sob pena de violação do princípio da responsabilidade objetiva. Assim, não há qualquer obrigação de indenizar por danos morais, nem de natureza patrimonial, decorrentes de danos causados por terceiros, sob pena de violação do princípio da responsabilidade objetiva.

[illegible]

864 de CPD2015: O pagamento da comissão devido à Casa Pês Leilões Online deve ser realizado com depósito, sob pena de desfazimento da arrematação, por meio de depósito em dinheiro na rede bancária do Banco do Brasil S/A, Agência 179, Caixa Postal 10.000, Curitiba - PR, CEP 81201-900, até o momento em que se encerrarão as 10h MJZJZ pelo prazo para a aplicação das medidas legais cabíveis ao interessado remisso ou seu fiador as penalidades previstas pelo artigo 8º do CPD2015, com o sistema vigente, além da imposição de multa nos termos do § 4º do art. 856 do CPD2015 e a multa prevista no Edital nº 001/2015, sob pena de cancelamento do direito de participação no leilão e inscrição em lista de espera para futuras licitações, sob pena de suspensão de 01 (uma) ano, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis, conforme disposto no Regulamento Interno do Sistema Nacional de Arrendamento Público, aprovado pelo Conselho Superior do Poder Judiciário Brasileiro, em 19 de maio de 2014, e atualizado pela Resolução nº 1.000/2015, do Conselho Superior do Poder Judiciário Brasileiro, em 19 de maio de 2015.

[illegible][illegible]

LEILÃO: 184 Autos, Utilitários, Motos, Caminhões, Ônibus, Máquina, Rebo
Dia 27/05/2017 às 9:00h.
 Local: Leilões: Brasília/DF: Av. do Supremacismo, 4.001 - Cumbicaiba

[illegible]

Normas completas e condições de pagamento constarão no catálogo distribuído no dia do Leilão. Os Veículos serão vendidos com o IPVA, DPVAT e Licenciamento 2017 por conta do arrematante. Existindo débitos, referentes a: multas (s), IPVA (s) e outros, que surgirem intertemporaneamente após a arrematação, serão de responsabilidade do arrematante. Rui de Almeida Pereira - Leiloeiro Oficial - JUCEPE 331.

Citação: Prazo 20 dias. Proc nº 0100702-98.2006.8.26.009. A Dr. Márcia de Sousa Dourini Dória, Juiz de Direito da 2ª Vara Civil Regional de Vila Prudente - SP, na forma da lei, e **Fabio Pereira, RG 508253-SP/SP**, CPF 346.534.229-34 e **Erick Fernandes, RG 27.396.083-03**, CPF 330.734.959-94, e **Boni Brasil SA**, CNPJ 05.346.344-04 de Procedimento Comum, para cobrança de R\$ 108.886,24 de (2012) referente ao Contrato para Desconto de Cheques nº 497.494.218, firmado em 17/11/2004. Estado do relesante, que defende a alegação por extinto, publicado no prazo de 15 dias, a fls. apq. 20 e 20 bis, contém o teor, sob pena de presumir-se verdadeiros os fatos alegados. Em caso de revelia, nomeado Curador Especial. Será e edita, e publicada na forma da lei. São Paulo, 07 de fevereiro de 2017. 07/02/2017. 07/02/2017.

Executado(s) Espôso de Paulo Mendes , Maria Angela Monteiro Mendes, Espôso de Paulo Mendes na perla do Campo Vitória Ltda., na(s) pessoa(s) de seu(s) representante(s) legal(ais), Thassio Monteiro Mendes , Porto Feliz/SP, o(s) respectivo(s) eventual(ais) novo(s) cônjuge(s) da(s) pessoa(s) física(s) citada(s).

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

competência exclusiva, abrangendo juízes, juízas e honorários advocatícios, na forma do artigo 626 do Código de Processo Civil (CPC), e a competência para a execução das penas, nos termos do artigo 627 do mesmo diploma legal. A respeito da competência para a execução das penas, o artigo 627 do CPC estabelece que a execução das penas privativas de liberdade, das restritivas de direitos e das multas pecuniárias é de competência dos Juízes de Direito, nos termos do artigo 627 do CPC. O artigo 627 do CPC estabelece que a execução das penas privativas de liberdade, das restritivas de direitos e das multas pecuniárias é de competência dos Juízes de Direito, nos termos do artigo 627 do CPC. O artigo 627 do CPC estabelece que a execução das penas privativas de liberdade, das restritivas de direitos e das multas pecuniárias é de competência dos Juízes de Direito, nos termos do artigo 627 do CPC.

[illegible]

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA DA "OBRA SOCIAL SAGRADOS CORAÇÕES"**
CNPJ: 62.877.238/0001-57
Rua Manoel Cavalcanti Brandão, 100 - Distrito Operário - Curitiba - PR

SAGRADOS CORAÇÕES convoca os membros associados para comparecerem à **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** a ser realizada na sede social, na Avenida Lins de Vasconcelos, nº 2129, em São Paulo, Estado de São Paulo, em 09h00 da tarde do dia 13 de junho de 2017, com intuito de deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: "EXTINÇÃO DA OBRA SOCIAL SAGRADOS CORAÇÕES". A ASSEMBLEIA GERAL a ser instalada, funcionará e deliberará validamente, em primeira convocação, com 50% (cinquenta por cento) dos membros associados (terços) do número dos associados, deliberando pela maioria dos votos dos presentes, conforme previsto no **Artigo 78**, do atual **Estatuto Social**, Atenciosamente, São Paulo, 26 de maio de 2017. **Maisa de Oliveira Pereira Garzi** – Diretora Presidente

RICARDO NAHAT. Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil. SABER, a todos o ver e possa interessar que VANIA MARIA PEREIRA GORDIANO e seu marido FRANCISCO JOSE GIGLIO GIGLIORANDI, a este ato compareceram pessoalmente, com poderes bastante preteritos sob nº 71.556, em 03 de janeiro de 2017, pelo qual se realizou a retificação administrativa de área do imóvel situado na Rua Maria Dorez Braga nº 155, no bairro Jardim Botânico, distrito de Itaquera, município de São Paulo, com fulcro na Lei 10.893 de 02/08/2004. E para que chegue conhecimento de tudo e ninguém possa alegar ignorância, é expedido presente edital, pelo qual se dá ciência a todos os interessados, antigos ou detentores de direitos reais ou ocultos e a qualquer título do imóvel e respectivo terreno situado na Rua Maria das Dorez Braga, nº 155, no bairro Jardim Botânico, distrito de Itaquera, município de São Paulo, nº 19 folhe nº 13 da quadra nº 01), no Jardim Salsão, de propriedade de JULIO AVANCINI, inscrita no Cartório de Registro de Imóveis nº 155, sob os demais termos constantes, para que compareçam, apresentar impugnação ao presente pedido retificatório. Pelo presente edital, fica avisado a quem se quiser prejudicar a validade desta publicação, que terá prazo de 30 dias, contados da data da última publicação deste, para ser lido em efeito por dois dias consecutivos em jornal de grande circulação. Capital, Impugn., com fundamento de fato e de direito, com audiência retificatória, por escrito, perante o Juiz de Direito do 1º Juízo de Direito Imobiliário, à Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Jardim Salsão, às 14 horas, em São Paulo, 23 de maio de 2017. 29 e 30

[illegible][illegible]

Citação - Prazo 20 dias. Processo nº 0029998-4/2011.8.26.001. O Dr. Riegis Rê Bonvicino, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível - For Regional 20 - Pirenópolis/SP, a Carlos Alberto Spina, a Maria Helena Spina, Marco Antonio Spina, a sua qualificação ignorada, e Paulo Sérgio Spina, CPF 694.204.778-91, em face de Procedimento Concom, em fase de Cumprimento de sentença, requerida por Metrópoliana Eternidade de São Paulo S.A. contra Polo Polipin Ltda, do descumprimento da obrigação principal de pagar a empresa Polo Polipin Ltda, nº 04.174.888-0001/30, conforme despacho de fls. dos autos. Estando o requerido, o lará ignorado, foi defendida a citação por edital, para que em 15 dias, a fls.440 e seguintes, contestem o requerimento principal e a obrigação principal, sob pena de formação de julgado a fls. 441, 442 e 443, sendo o presente, alçada e publicada para ciência de todos os interessados.

[illegible][illegible]

Citacao – prazo: 20 dias – processo nº 0306109-46/2016.8.26.0100. O MJJ, JUIZ da 10ª Vara Cível do Foro Central – São Paulo/ SP, Dr. ALEXANDRE RIBUCCI, em ato, 256, CNP, Rua Caxambu, 110, N.º 100, JARDIM SÃO CARLOS, SÃO PAULO/SP, CNP 468.758.074-94, RE, SPRESENTE, por meio do advogado, Dr. FREDERICO DE OLIVEIRA, por parte de FUNDACAO SAO PAULO, cuja causa de pedir e o inadimplemento de prestações de serviços educacionais. Encontrando-se a em e/ou lugar inerte e não pago, foi deferido a esta CITACAO, para que, no prazo de 15 dias, que fluirao a partir do prazo do recebimento do pagamento da quantia especificada, na inicial do valor de R\$ 5.792.611, devidamente atualizada, e efetue o pagamento de honorários advocatícios, devidamente atualizados, no valor de R\$ 3.325.000,00, sob pena de revelia e de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do crédito, nos termos do art. 396, § 1º, do CPC. Será o presente ofício afluído e publicado na forma da lei. 27 x 30/05.

[illegible][illegible]

100

AL
a
zar
ão
17,
AO
AL
ira
ois
tos
to
ão

de
AZ
AN
O.
e
am
ria
tia
so
do
os,
dio
ua
de
os
ão
a
a
re)
o a
tia
a a
tro
16
7

de
eti.
RIA
o e
nã
da.
que
ou
dos
/05

00-
ros,
Ra
NG
am
do
51,
Via
o n°
e n°
berli
05

ques
ber
de
de
sulo
ta a
IPJ
em
dias
em
de
na

002
ado
z(o)
de
Des
R\$
sas
em
do-
ona
is o
ão.
ular
ma

2006
gri-
ndo
PF
auto
do
ica,
ta a
um
cios
ento
tas,
ese
alor
zis)
ado
ato,
São

to
ma
AZ
ria
rato
ada
lue
rite
do
do

Juiz
 sultão
 Ilva
 no
 pos
 por
 sob
 que
 na

do
Faz
son
00,
5, e
fui
rba
alor
sis,
em
do.
disi

(2a)
Ana
Ana
no,
esta
ana
nda
ndo
no
nda
nda
15
ndo
dal
05.

de multa de 10% e honorários de 10% sobre o total da execução, se não houver o pagamento voluntário nesse prazo; seguindo-se prazo de 15 (quinze) dias para